

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA**

**PAULA THEODORO CARLOS**

**PRECONCEITOS E PARADIGMAS NO TRABALHO COM A PESSOA  
DEFICIENTE INTELECTUAL LEVE.**

**São Paulo**

**2013**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA**

**PAULA THEODORO CARLOS**

**PRECONCEITOS E PARADIGMAS NO TRABALHO COM A PESSOA  
DEFICIENTE INTELECTUAL LEVE.**

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para obtenção do título de Especialista em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Darcy Raiça.

**São Paulo**

**2013**

**PAULA THEODORO CARLOS**

**PRECONCEITOS E PARADIGMAS NO TRABALHO COM A PESSOA  
DEFICIENTE INTELECTUAL LEVE.**

Monografia apresentada à Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo  
para obtenção do título de Especialista  
em Educação Inclusiva e Deficiência  
Intelectual, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra.  
Darcy Raiça.

**Data:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Nota:** \_\_\_\_\_

**Banca examinadora:**

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Darcy Raiça.

São Paulo

2013

*“A sabedoria é mais preciosa do que as jóias;  
tudo o que a gente deseja não se pode comparar com ela.”*

*Provérbio 3, 15*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por seu infinito amor.

À minha querida e generosa mãe, que supre e supriu todas as minhas necessidades nesse período de dedicação a pesquisa, me incentivando integralmente em todo tempo.

À minha família por dividir e compreender a importância da conclusão de uma fase tão importante da minha vida, entendendo que essa conquista é de todos nós.

Ao meu amado noivo Tiago, que a todo o momento foi coerente em suas cobranças e incentivando os meus estudos, não faltando em nenhum tempo com paciência e gentilezas.

À minha tia Zoraide por cooperar com sua generosidade, me incentivando e auxiliando para iniciar minha especialização, entendendo a importância desta fase para minha carreira profissional e vida pessoal.

Aos meus colegas de sala pela troca de experiência e pelas ricas discussões sobre as Políticas Públicas na área da deficiência intelectual.

Aos meus colegas de trabalho pelo aprendizado de cada dia.

A querida companheira de curso Marília Nogueira, por suas indagações sobre a deficiência intelectual leve, no qual me despertou o grande interesse em dissertar sobre o tema.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo, verificar aspectos da deficiência intelectual ao longo da história, pautando preconceitos e paradigmas que marginalizou e excluiu o deficiente intelectual por diferentes motivos ao longo dos tempos. No decorrer da pesquisa apresentaremos um breve histórico da deficiência intelectual e sua classificação, o preconceito e paradigmas existentes nos dias atuais, estratégia de trabalho, a influência da família na formação da autonomia da pessoa com deficiência intelectual leve em específico, e a importância do trabalho de mediação das instituições de atendimento especializado na área da deficiência intelectual.

**Palavras-Chave:** Deficiência intelectual; Deficiência intelectual leve, preconceito; autonomia.

## **Abstract**

This research aims, verify aspects of intellectual disabilities throughout history, guiding prejudices and paradigms that marginalized and excluded intellectual deficient for different reasons throughout the ages. During the survey we present a brief history of intellectual disability and their classification, prejudice and existing paradigms today, work strategy and the influence of the family in shaping the autonomy of people with mild intellectual disabilities in particular, and the importance of mediation work institutions specialized care in the field of intellectual disability.

**Keywords:** Intellectual disabilities, mild intellectual disability, prejudice; autonomy.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. Breve histórico sobre a deficiência intelectual.....	11
1.2 Breve histórico da deficiência intelectual no Brasil.....	15
2. Deficiência intelectual: Conceitos e classificação.....	21
2.1. A Deficiência Intelectual Leve: preconceitos e paradigmas que influenciam negativamente na inclusão da pessoa com deficiência intelectual leve.....	27
3. A influência do núcleo familiar no desenvolvimento da autonomia na vida do deficiente intelectual leve.....	31
4. O papel de mediação das instituições especializadas na área da deficiência intelectual no trabalho com o deficiente intelectual e a sociedade.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

## Introdução

A realidade das pessoas com deficiência intelectual como nos mostra a história, foi marcada por atos de preconceito e marginalização por fatores que nem sempre foram de conhecimento mútuo e sim de crenças ligadas ao determinismo presente em cada época. Como resultados destas ações de caráter preconceituoso, nos dias atuais grandes dificuldades ainda são constatados no trabalho com esse público em diferentes áreas.

Ao falar de pessoas com deficiência intelectual percebemos um aumento das dificuldades, como baixo índice de escolaridade, falta de formação profissional, adequada e o preconceito ainda presente em nossa sociedade (SAMICO, 2009).

Percebe-se assim a importância de tratar sobre o assunto preconceito e paradigmas na área da deficiência intelectual leves, considerando a amplitude deste assunto, levando em consideração estudos científicos e acadêmicos existentes sobre os itens que formam a totalidade da presente pesquisa.

Assim, enquanto outros grupos de desviantes podem, por diversos mecanismos, tentar se conformar com as normas sociais (por adesão ao padrão ou encobrimento de suas diferenças), os deficientes --- por suas características intrínsecas --- representam, na maioria dos casos, uma violação crônica do padrão humano de normalidade, independente da cultura ou momento histórico específico. (GLAT, 1995, p.20)

Entende-se também que a influência de grandes teóricos que corroboraram na área específica da deficiência intelectual desencadeou uma atenção especial neste assunto, o que ampliou o campo de atuação no Brasil e no mundo. Estes inúmeros estudos e pesquisas envolvem as diferentes áreas de atuação sendo: educação, saúde e o campo jurídico. O que se estreita quando o assunto se direciona especificamente para área da deficiência intelectual leve, assunto de estudo que abordaremos na presente pesquisa.

Entendemos que o deficiente intelectual leve participa de diferentes grupos sociais, porém nem todos possuem a mesma compreensão de particularidades e ações desta deficiência em específico, as vezes pelas poucas dificuldades demonstradas pela pessoa, muitos acham que algumas limitações não são ligadas

a sua deficiência e sim uma falta de interesse e ou comprometimento por determinado assunto.

Pretende-se através dessa pesquisa levantar o seguinte questionamento: Como o preconceito, paradigmas e a falta de conhecimento na área da deficiência intelectual leve desfavorecem o desenvolvimento da pessoa com deficiência?

Dessa forma a presente monografia se apresenta no intuito de explicitar o significado da deficiência intelectual leve, apresentando as limitações existentes no desenvolvimento da pessoa, citando a necessidade da autonomia na vida do deficiente, apresentando a influência dos diferentes grupos sociais no qual o mesmo participa. Ressaltaremos a importância do trabalho em conjunto com a família e de instituições especializadas no atendimento a pessoa com deficiência intelectual.

## **1 Preconceitos e paradigmas no trabalho com a pessoa com deficiência intelectual leve.**

### **1 .1 Breve histórico sobre a deficiência intelectual.**

A deficiência intelectual tem sido definida de diferentes formas ao longo do tempo (PESSOTTI, 1984). Desde a completa marginalização e falta de assistência, até a adoção de atitudes protecionistas e de cunho assistencial, o conceito de deficiência de modo geral, e de deficiência intelectual em particular, bem como o tratamento dado às pessoas nessa condição, têm passado por inúmeras alterações (MAZZOTTA, 1982), que se relacionam a fatores políticos, filosóficos, ideológicos, científicos e culturais (MENDES, 1996)

É comum na área da deficiência documentos narram a história do deficiente sempre vitimizado, segregado, porque a ênfase sempre era pautada em sua incapacidade física, e, intelectual. E como ressaltado pelos autores na citação acima, vemos na história que foram muitas vezes marginalizados.

De acordo com Bartalotti (2006), na Idade Média a deficiência intelectual era compreendida como algo sobrenatural, vista como posse do demônio ou como um castigo de Deus e essas pessoas eram abandonadas e muitas vezes sacrificadas pagando com suas próprias vidas. A deficiência não fazia parte de algo considerado humano, estava muito distante disso.

Nessa mesma época os deficientes recebem a função: Bobos da Corte, e eram tidos também como seres diabólicos, que necessitavam da purificação. Em meados do século XVI a XIX, as pessoas com deficiências físicas e intelectuais continuavam isoladas do resto da sociedade, mas agora em asilos, conventos e albergues.

Neste período surge o primeiro hospital psiquiátrico na Europa, porém observa-se na história que instituições dessa época não passavam de prisões sem tratamento especializado e intuito educacional que preparasse o deficiente para uma vida em sociedade.

Segundo Garcia (2004), como consequências, temos a dificuldade da sociedade de comunicar-se na forma escrita e falada, com as pessoas com deficiência criando um obstáculo, simplesmente por não conseguir conviver com

aqueles cujas respostas a estímulos são lentos ou imperceptíveis a grande maioria da população tida como normal.

Observamos isto nas atitudes no decorrer da história, a falta do contato, integração, socialização geraram sempre um resultado negativo na vida do deficiente, excluindo a pessoa do convívio; e como exemplo disso temos a necessidade da pessoa além de ser algo que se padronize em um meio social, o sistema impõe que essa pessoa necessite da produção. Essa ação afirma que a pessoa trabalha planejando e executando atividades para melhorar o mundo dos homens e atingir a igualdade através da produção.

Sendo assim, este fato se torna de grande relevância; observando, que o deficiente intelectual que não recebera orientação devida para compreender minimamente o motivo pelo qual realiza diferentes tarefas, ele passa a ser mais ainda vulnerável e produto de execução, o que não o estimula desde a infância a refletir sobre os motivos que o levam a exercer uma atividade.

Retomando aos registros que no decorrer a história nos mostra, vemos que surgem métodos científicos e iniciam-se estudos em torno das tipologias e com elas a mentalidade classificatória na concepção das deficiências, decorrentes do modelo médico, impregnadas de noções com forte caráter de patologia, doença, medicação, tratamento.

“A fatalidade hereditária ou congênita assume o lugar da danação divina, para efeito de prognóstico. A individualidade ou irrecuperabilidade do idiota é o novo estigma, que vem substituir o sentido expiatório e o propiciatório que a deficiência recebera durante as negras décadas que atenderam a medicina, também supersticiosa. O médico é o novo árbitro do destino do deficiente. Ele julga, ele salva, ele condena.” (PESSOTI, 1984, p.68).

Conforme o tempo as pessoas com deficiência intelectual eram vista e nomeadas de variadas formas. Certas dificuldades intelectuais recebiam distintas denominações, rotuladas com diversos nomes, tais como: idiota, imbecil, débil mental, subnormal, entre outros. Muitas denominações e rótulos foram influenciados por diferentes tendências sociais, por diversas teorias científicas e por diferentes escolas psicológicas (GORLA,2001).

São extensos os fatores que influenciaram na área da deficiência intelectual, o que somou para que os preconceitos aumentassem, fazendo com que os indivíduos sofressem ainda mais, sendo condenados de variadas formas. O que

ressalta Mazzotta a respeito da marginalização do indivíduo que não tinha espaço para participação na sociedade.

Essas ações evidenciavam que o deficiente deveria se distanciar ainda mais da sociedade, concomitante a isso, viver a margem desta, não por sua vontade, mas por imposição, por ser visto como diferente.

O que podemos ver é o quanto sofriam preconceitos, o quanto eram discriminados, sempre rotulados de maneiras vexatórias. “Chamados de pessoas retardadas, sem condições de serem educadas, incapazes para aprender e dessa forma deveriam ficar em suas casas, e não tinha jeito, nem capacidade para compreender as situações... e se propagava o estigma que isolava as pessoas com deficiência dos outros, tornando assim alvo de chacotas e desprezo” (RAIÇA; OLIVEIRA, 1990).

No que tange a deficiência intelectual é bem mais complexo, como cita Pessoti, quando relata que no decorrer da história a deficiência foi definida de várias formas. Frequentemente significados de termos são imprecisos e muitas vezes incorretos. As idéias dependem da formação profissional e dos propósitos de utilização de quem o emprega.

Retomando o que a história nos mostra, vemos que ao final da Idade Média ocorre o fortalecimento do Cristianismo, a ideia que todos são filhos de Deus sendo assim, Deus é quem dá a vida e somente Ele quem poderia tirar. Sendo assim iniciam-se espaços para vivência dessas pessoas.

A igreja cria espaços assistenciais para acolher os necessitados, os desprotegidos, e os doentes de todos os tipos, mas deve-se ficar claro que ainda não existiam tratamentos, apenas eram abrigos, mas mesmo diante dessas circunstâncias aconteciam ainda atos de isolamento e exorcismo contra os mesmos (BARTALOTTI, 2006).

Foi nessa época que aconteceram as possibilidades de mudanças, mesmo que distantes, nesse momento histórico foi possível uma quebra de paradigmas e uma pequena mudança na mentalidade das pessoas (PAN, 2003).

Segundo Pan, foi no século XX que ocorrem as grandes transformações, nesse período há o renascimento das provas psicométricas, que tinham como objetivo fazer o teste de inteligência, é nessa ocasião que o assunto relacionado a deficiência passa a ser responsabilidade do Estado, mas estava ocorrendo uma grande crise econômica.

[...]Um grande número de deficientes mentais adultos saiu dos internatos nos quais transcorria monotonamente sua existência para combater no exército norte-americano durante a Primeira Guerra Mundial, com frequência em batalhões de trabalho especializados. Terminando o conflito, foram novamente conduzidos aos internatos, a fim de permanecer outra vez alheios à vida social de sua época. (PAN, 2003, p.37)

Muitas pessoas com deficiência intelectual saem nessa época dos internatos e vão para guerra, ao final do conflito voltam para estes internatos. Dessa maneira evidencia-se que eram pessoas usadas para algo em específico e acabando sua ação eram “devolvidas” para os internatos.

Sabe-se também que uma forte crise econômica assombrava as diferentes camadas sociais, e um dos mais assustadores fatos foi a ação comandada por Hitler na Alemanha, que teve como intuito a morte de milhares de vidas humanas. Em consequência disto, estima-se que 100.000 pessoas com deficiência intelectual e outros transtornos e comorbidades associados tenham morrido na época devido ao terror nazista.

No século XX ampliam-se a busca das classificações das deficiências, do diagnóstico e da aplicação de tratamentos especializados. Nesse período tende-se a observar a deficiência como doença, os comportamentos alterados são os sintomas (BARTALOTTI, 2006).

Ao analisarmos a trajetória histórico-social da deficiência intelectual em específico nos deparamos com conceitos, visões, definições, perceptivas ainda nos dias atuais irraigadas a concepções existentes a anos atrás, o que soma para o estranhamento do diferente e/ou desconhecido. Tal fato ainda ocorre por falta de conhecimento talvez, o que implica em um aumento da difusão dos estudos e informações inerentes ao tema deficiência intelectual, buscando atribuir um melhor desenvolvimento, aceitação e qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual.

## **1.2 Breve histórico da deficiência intelectual no Brasil.**

As primeiras preocupações em relação à educação das pessoas com deficiência no Brasil, aparecem também no século XIX e ganham força ao longo do século XX. Essa influência vem através de estudiosos europeus e norte-americanos.

Atualmente existe uma tendência mundial, na qual o Brasil está inserido, que é o de usar o termo deficiência intelectual, uma vez que se refere ao funcionamento do intelecto e não ao da mente. Outra razão na escolha pelo termo é a confusão dos conceitos de deficiência mental (termo utilizado anterior a deficiência intelectual) e doença mental, pois são conceitos parecidos.

Em um primeiro e longo período que estende-se de 1854 a 1956, sendo marcado pelas iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse e a ação de alguns poucos educadores. Este primeiro momento é definido pela instituição dos primeiros decretos e pelo aparecimento dos institutos especializados em cegueira e surdo-mudez do Império.

Tais fatos levam, no começo do século XX, às primeiras leis da educação especializada profissionalizante e ao início das discussões científicas em torno do assunto. Também datam desse período as primeiras publicações técnico-científicas sobre o assunto e a preocupação com as crianças mentalmente atrasadas. (MAZZOTTA, 2001).

Nesse período, surgem as primeiras instituições especializadas em atendimento aos deficientes intelectuais. Por volta da década de 50 nota-se a existência de cerca de quarenta estabelecimentos de ensino regular público oferecendo algum tipo de atendimento escolar especial ao deficiente intelectual, além de quatro instituições especializadas, sendo uma pública e as demais particulares. Dentre essas, as que mais se destacaram foram o Instituto Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Entre os anos de 1957 a 1993 começam a surgir as discussões políticas para uma educação mais sistematizada às pessoas com deficiência, denominada, nesse momento, como “educação de deficientes”, “educação dos excepcionais” ou ainda “educação especial”, aparecendo, finalmente, iniciativas oficiais de âmbito nacional (MAZZOTTA, 2001).

Nota-se que as mudanças e também os primeiros passos para uma busca efetiva de garantia de direitos e atenção especializada para atendimento ao

público com deficiência intelectual surgem dos grupos de familiares e de instituições privadas primeiramente.

“os grupos de pressão por eles organizados têm seu poder político caracterizado na obtenção de serviços e recursos especiais para grupos de deficientes, particularmente para os deficientes mentais e auditivos”. Por essa via, suas necessidades têm chegado ao conhecimento social e governamental, assegurando-se, assim, que elas sejam sanadas e seus direitos respeitados. É a atuação decisiva desses movimentos que tem garantido inovações constantes na legislação brasileira, referentes a vários aspectos sociais, como reabilitação, seguridade, trabalho, transporte e educação das pessoas com deficiência. (MAZZOTTA, 2001, p. 64)

É relevante pensarmos que apesar do envolvimento de grupos envolvidos e engajados nesta causa, em defender e priorizar atendimentos e medidas cabíveis as pessoas com deficiência intelectual, deu-se porque anterior a isso, ocorre uma enorme segregação e escassez nos atendimentos e serviços necessários dispensados a este público, fato arraigado a toda história de lutas e mudanças desse cenário, principalmente no que diz respeito a história ocorrida no Brasil.

Todas as iniciativas, desde o Império até a década de 1970, são parte de uma história na qual as pessoas com deficiência ainda não tinham autonomia para decidir o que fazer da própria vida, resquício da segregação que sofreram desde sempre, como elucidada na história.

Destaca-se ainda as primeiras campanhas especificamente voltadas a esse público, até então esquecido pela ampla sociedade. Uma dessas campanhas foi a instituída em 1960, liderada pela instituição Pestalozzi e também pela APAE, ambas do Rio de Janeiro. Essa campanha contou com o apoio do ministro da educação e cultura, sendo publicada no Diário Oficial da União, intitulada como Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME. (MAZZOTTA, 2001).

Esse foi um período entre as pessoas com deficiência, de gestação da necessidade de organização de movimentos afirmativos dispostos a lutar por seus direitos humanos e autonomia, dentre os quais se destaca a capacidade de decidirem sobre a própria vida. Tanto os institutos do Império, voltados para a educação de cegos e surdos, quanto as organizações surgidas na República, direcionadas às pessoas com deficiência intelectual e à reabilitação, embora não

tivessem nenhum cunho político claramente definido, propiciaram, mesmo que para poucos, espaços de convívio com seus pares e discussão de questões comuns.

Nesse contexto contribuíram para forjar uma identidade das pessoas com deficiência. Foram precursoras, naquele momento, da formulação do ser cego, surdo, deficiente intelectual e deficiente físico não apenas na denominação, mas em sua identificação como grupo social.

Nesse viés, podemos contrapor com o que é discutido e proposto nos dias atuais, não somente no que diz respeito a todas as deficiências, mas sim em específico a deficiência intelectual. Quando observamos a fala que através dos movimentos, que propiciaram espaços de convivência com seus pares, nos remetemos a uma interrogação do trabalho executado em nosso país, sendo que além da garantia do convívio, se faz necessário o trabalho de emancipação, autonomia desenvolvimento e preparação para vida em sociedade.

No Brasil após a promulgação da Constituição em 1988 os novos movimentos sociais, dentre os quais o movimento político das pessoas com deficiência, saíram do anonimato e, na esteira da abertura política, uniram esforços, formaram novas organizações, articularam-se nacionalmente, criando estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de direitos.

Embora a legislação caminhasse a favor da efetivação de serviços que garantissem atendimento especializado de qualidade e igualdade nos direitos, uma camada de assistencialismo iniciava-se nesse contexto. E o trabalho se estendeu em maior proporção em Organizações Não Governamentais – ONG do que pelo próprio Estado.

Marco significativo neste período no Brasil, foi o ocorrido no ano de 1981 sendo o 1º Congresso de Pessoas Deficientes, que discutiu “A realidade das pessoas com deficiência no Brasil”. A partir deste encontro, outras discussões foram organizadas e desde então, no 3º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes ocorre um rearranjo no movimento das pessoas com deficiência no Brasil e a definição de uma nova estratégia política de organização nacional por tipo de deficiência. O propósito inicial de formar um movimento único se perdeu com a dificuldade de atender as diferentes demandas específicas de cada deficiência.

No ano de 1980 ocorreu o primeiro encontro do movimento social para a reunião preparatória do plano de ação nacional para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Aconteceu em São Paulo, em maio de 1980. ("História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil" Brasília, 2010).

Aleijado; defeituoso; incapacitado; inválido. Estes termos eram utilizados com frequência até a década de 80. A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente. O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, foi uma grande novidade na época. No início, houve reações de surpresa e espanto diante da palavra pessoa: "Puxa, os deficientes são pessoas?" Aos poucos, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, frequentemente reduzida para portadores de deficiência. Por volta da metade da década de 90, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje (SASSAKI, 2003, p.3).

E no que diz respeito a deficiência intelectual, vimos que em torno dessas discussões em específico, a deficiência auditiva, física e visual foram sempre abertamente explanadas em suas particularidades e direcionadas a uma luta de emancipação e igualdades de participação em comum com todos os outros cidadãos brasileiros. A deficiência intelectual participava de um movimento mais assistencialista e maternalista o que impedia ou atrasava a participação da pessoa em outro cenário que não fosse o grupo social de sua entidade e família.

A construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências (Sasaki, 2003).

De acordo com Sasaki, não há um único termo correto para se referir às pessoas com deficiência que seja válido definitivamente em todos os tempos e espaços, pois a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade, enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas com deficiência. Segundo Sasaki (2003), nas décadas de 50, 60 e 70, *excepcionais* foi o termo utilizado para designar pessoas com deficiência intelectual.

Com o surgimento de estudos e práticas educacionais na área de altas habilidades ou talentos extraordinários nas décadas de 80 e 90, o termo *excepcional*

passou a referir-se também a pessoas com inteligências múltiplas acima da média (pessoas superdotadas ou com altas habilidades). Até a década de 80, termos como “inválido”, “defeituoso”, “incapacitado”, “aleijado” eram utilizados com frequência. A desinformação e o preconceito eram tanto que crianças e adultos sem deficiência eram e ainda em outras ocasiões chamados de “normais”, como se existisse o conceito de anormalidade para as pessoas com deficiência.

A primeira providência de conhecimento internacional legal tomada foi no ano de 1948 através da Declaração Universal dos Direitos Humanos onde as pessoas com deficiência começaram a ser considerados cidadãos com direitos, deveres e a participação na sociedade, ainda de maneira assistencial.

No Brasil no decorrer dos anos e com as mudanças significativas no cenário político, a Constituição Federal de 1988 é um marco importante na efetivação dos direitos sociais de todos os cidadãos, por estabelecer que todos são iguais perante a lei. Anterior a isso, no ano de 1981 foi eleito o Ano Internacional das Pessoas Deficientes pela Assembleia Geral das Nações Unidas, gerando maior discussão sobre o assunto, o que influenciou para que a expressão “pessoa deficiente” começasse a ser mais usual.

Essa mudança representou um avanço na medida em que a palavra *pessoa* passa a ter o foco principal e o termo deficiente é usado como adjetivo. A partir daí novas expressões começaram a surgir como *pessoa portadora de* deficiência logo reduzida para portadores de deficiência (Sassaki, 2003).

De acordo com este autor, torna-se popular entre 1986 e 1996, o uso do termo portador de deficiência. Porém as pessoas com deficiência ponderaram que elas não portam a deficiência; que a deficiência não pode ser definida como coisas que às vezes as portamos e não portamos, pois deixa de ser um fator de escolha ter ou não uma deficiência. (por exemplo, um documento de identidade.)

A discussão sobre a nomenclatura se faz necessária, pois os termos ainda hoje utilizados soam preconceituosamente e de forma pejorativa. Ação que intenciona e também bloqueia o correto entendimento tanto do tratar, conviver até a multiplicação correta das informações. Hoje, expressões como “retardado mental” ou “mongolismo” refletem a desinformação, o preconceito e discriminação com as pessoas com deficiência intelectual. Porém, usar a expressão “pessoas ditas deficientes” é preconceituoso, pois tenta negar ou suavizar a deficiência, o que é desnecessário. (Sassaki, 2003).

No que diz respeito ao preconceito, o que por hora é analisado como trabalho de desenvolvimento ao deficiente intelectual, pode soar em caráter restrito e assistencialista, mesmo tendo o objetivo de promover a autonomia da pessoa. Devido ao contexto do mercado, que procura além de se manter em modelo econômico seus lucros, necessita também de executar a lei. Decorrente essas necessidades, quando o público alvo à ser preparado para inserção no mercado de trabalho é o deficiente, podemos notar que as instituições especializadas acabam super-protegendo e segregando as pessoas com deficiência, visto o preconceito e discriminação que marcam nossa sociedade.

No que tange às exigências da sociedade, esses indivíduos são vistos como merecedores da caridade pública em função de seu comprometimento cognitivo. O desempenho esperado das pessoas com deficiência mental é sempre inferior ao de um indivíduo “normal”, [...] como se lhes faltasse a própria essência da humanidade, a racionalidade. (De Paula, 1996 por Silva e Palhano, 2001, p.3)

A presença nas sociedades contemporâneas das pessoas com deficiência intelectual ainda representa uma interrogação, o que negativamente da origem a discriminação por conta das diferenças e pelo fato do não conhecimento sobre o tema, e continua sendo, uma notável ação desafiadora para àqueles que se dedicam à sua reabilitação e desenvolvem os distintos nortes de trabalho com esse público.

Mesmo com o significativo crescimento dos estudos e discussões que se aumentam, ainda observamos a evidente carência que não se limita, somente à área da saúde, educação e às instituições de atendimento em geral, manifestando-se, igualmente a muitos outros níveis. Tais como a intervenção precoce, aquela que realizada ainda na infância proporciona e viabiliza melhor desenvolvimento, sistemas de apoio formal às famílias, da formação profissional, da inserção e acompanhamento no mercado de trabalho, no trabalho com o envelhecimento e diversas outras políticas de atendimento necessário para pessoa com deficiência intelectual.

## 2 Deficiência intelectual: Conceitos e classificação.

Referenciais importantes são usados na área da deficiência intelectual, e ainda existem imprecisões dos conceitos com variações relacionadas ao modelo médico, em geral na área da saúde e ao modelo social. O que acarreta uma dificuldade desde a significação e também na utilização de materiais e na sua aplicação, sendo assim dificulta a utilização de modelos já produzidos. Evidencia-se dessa forma a importância de esclarecer melhor essa conceituação identificando pontos comuns e divergentes de alguns teóricos da área.

A grande dificuldade de conceituar essa deficiência trouxe consequências indelévels na maneira de lidarmos com ela e com quem a possui. O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, mas principalmente por aquelas com deficiência mental. (SEESP/ SEED/ MEC, 2007, p.15)

O primeiro empasse que encontramos para relatar sobre a deficiência intelectual é a maneira correta de como classificá-la. A deficiência intelectual já foi tida com várias outras nomeações como retardo mental, excepcional, retardado, deficiente, como vimos relatado em um breve histórico do capítulo anterior.

A convenção da Guatemala, internalizada à Constituição Brasileira pelo Decreto nº 3.956/2001, no seu artigo 1º define deficiência como [...] “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Essa definição ratifica a deficiência como uma situação. (SEESP/ SEED/ MEC, AEE Deficiência Mental, 2007)

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (2007), deficiência vem da palavra *deficientia* do latim e sugere algo que possua falhas, imperfeições, não é completo. É o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Diz respeito à biologia da pessoa.

Apesar das dificuldades a forma como a deficiência intelectual é definida, principalmente no que vemos em questão de nomenclaturas e diversificadas teorias, fundamentalmente sua significação assume um papel central ao nível da investigação, e tem implicações importantes ao nível social, principalmente

educativo entre outros. Isso se faz necessário para que se efetive uma ação interdisciplinar também para o desenvolvimento da tão elaborada e discutida qualidade de vida.

O que podemos concluir desse panorama é que todos os termos tornam-se problemáticos na medida em que são lançados na arena de vozes sociais, na linguagem cotidiana, inscrevendo-se no verdadeiro sentido atribuído à anormalidade nas práticas sociais discursivas. (PAN, 2008, p.27)

Desta forma faz-se necessário uma abrangência na discussão do uso das teorias que discorrem sobre a nomenclatura. Observa-se que o autor cita que os termos tornam-se problemáticos e atribuídos a anormalidade. O tema da presente pesquisa surge a partir das dificuldades encontradas no trabalho de desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual, especificamente a deficiência intelectual leve.

Quando discutido a questão da inclusão, levamos em consideração os âmbitos sociais, laborais e tão importantes quanto às outras já mencionadas, as possíveis relações interpessoais que estão ao alcance da interação e integração desta pessoa junto à sociedade na qual está inserida.

É notável também a existência de uma relação direta da deficiência intelectual com a questão médica, no viés de tratamento de saúde. O modelo médico da deficiência, segundo Westmacott (1996), “tenta melhorar” as pessoas com deficiência para adequá-las aos padrões da sociedade.

[...] É claro que algumas vezes pessoas portadoras de deficiência necessitam, de fato, apoio físico ou médico, porém é importante que isto atenda às suas necessidades e lhes dê maior controle sobre sua vida”. E Westmacott acrescenta que isso deve ser feito “com elas” e não “para elas”. (SASSAKI,1999, p. 30 )

Especificamente na deficiência intelectual, outra observação coerente a ser pontuada é a distinção entre deficiência Intelectual e doença mental. A doença mental engloba uma série de condições que causam alteração de humor e de comportamento e podem afetar o desempenho da pessoa na sociedade. Essas alterações acontecem na mente da pessoa e causam uma alteração na sua percepção da realidade. Em resumo, é uma doença psiquiátrica, que deve ser

tratada por um psiquiatra, com uso de medicamentos específicos para cada situação.

A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. (HONORA & FRIZANCO, 2008, p. 103)

Como ressalta os autores acima, a deficiência intelectual não é uma doença, e mesmo não sendo, ela causa prejuízos nas funções cognitivas. A doença mental pode ser entendida como um conjunto de comportamentos e atitudes capazes de produzir danos no desempenho global do indivíduo, causando impactos na sua vida social, ocupacional, familiar e pessoal.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, não é possível se construir uma única definição deste conceito uma vez que o entendimento de saúde mental também está associado à construção de critérios subjetivos, pautados em valores e diferenças culturais.

Segundo a descrição do DSM. IV, a característica essencial da deficiência intelectual consta como Retardo Mental (é quando a pessoa tem um “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais, relacionamento interpessoal, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança”).

A Deficiência Intelectual, segundo a AAIDD (Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento), caracteriza-se dessa mesma forma, ressaltando que tais pontuações acontecem anteriores aos 18 anos de idade, caracterizando assim um transtorno do desenvolvimento e não uma alteração cognitiva. Embora o assunto comporte uma discussão mais ampla, de modo acadêmico o funcionamento intelectual geral é definido pelo Quociente de Inteligência (QI ou equivalente) como citado anteriormente.

O conceito de QI é apontado como o mais adequado ao diagnóstico de deficiência mental. Sabemos que o QI é amplamente aceito nos meios acadêmicos quanto na prática profissional. No entanto, não se pode continuar confundindo processo de cognição ou inteligência com o QI: o primeiro diz respeito às funções

cognitivas propriamente ditas; o segundo é um produto das mesmas (PAULON, 2007, p.13).

Na área da deficiência intelectual, a capacidade de adaptação do sujeito ao objeto, ou seja, da pessoa ao mundo, é o elemento mais fortemente relacionado à noção de normalidade. Teoricamente, deveriam ficar em segundo plano as questões mensuráveis de Quociente de Inteligência - QI, já que a unidade de observação é a capacidade de adaptação.

O diagnóstico de deficiência mental está a cargo de médicos e psicólogos clínicos, realizando-se em consultórios, hospitais, centros de reabilitação e clínicas. Equipes interdisciplinares de instituições educacionais também o realizam. De um modo geral, a demanda atende propósitos educacionais, ocupacionais, profissionais e de intervenção. (CARVALHO et al., 2003)

Academicamente, é possível diagnosticar a Deficiência Intelectual leve como Retardo Mental em indivíduos com Quociente de Inteligência - QI entre 70 e 75, porém, que exibam déficits significativos nas habilidades adaptativas.

Segundo Pan (2008), as finalidades do registro diagnóstico são diversas, como entre outras: elegibilidade; concessão de benefícios e assistência previdenciária; concessão de proteção legal; acesso a cotas para o ensino superior e a vagas de emprego. A sua realização requer o uso de instrumento e recursos que garantam resultados confiáveis. Os manuais de psiquiatria e os sistemas internacionais de classificação estão entre os referenciais que mais orientam esse procedimento. Entrevistas de anamnese e testes psicológicos (particularmente de mensuração da inteligência) são as técnicas utilizadas associando-se ao procedimento de análise clínica.

O DSM. IV recomenda que o Retardo Mental não deva ser diagnosticado em um indivíduo com um Quociente de Inteligência - QI inferior a 70, se não existirem déficits ou prejuízos significativos no funcionamento adaptativo. Costuma-se ter como referência para avaliar o grau de deficiência, mais os prejuízos no funcionamento adaptativo que a medida do Quociente de Inteligência - QI.

Segundo a definição da OMS, descreve por funcionamento adaptativo, o modo como a pessoa enfrenta efetivamente as exigências comuns da vida e o grau em que experimenta certa independência pessoal compatível com sua faixa etária,

bem como o grau de bagagem sócio-cultural do contexto comunitário no qual se insere.

Definindo também que o funcionamento adaptativo da pessoa pode ser influenciado por vários fatores, incluindo educação, treinamento, motivação, características de personalidade, oportunidades sociais e diferentes estímulos. Em termos de cuidados e condutas, os problemas na adaptação habitualmente melhoram com esforços terapêuticos do que o QI cognitivo. Este tende a permanecer mais estável, independente das atitudes terapêuticas e a reabilitação realizada.

Portanto, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, em sua classificação desde 1976, as pessoas deficientes eram classificadas como portadoras de Deficiência Mental leve, moderada, severa e profunda. Essa classificação por graus de deficiência deixava claro que as pessoas não são afetadas da mesma forma, contudo, atualmente, tende-se a não enquadrar previamente a pessoa com deficiência intelectual em uma categoria baseada em generalizações de comportamentos esperados para a faixa etária.

O grau de comprometimento da deficiência intelectual irá depender também da história de vida do paciente, particularmente, do apoio familiar e das oportunidades vivificadas, bem como das necessidades de apoio e das perspectivas de desenvolvimento.

Pessoas com deficiência intelectual demonstram muito pouca habilidade para a generalização das aprendizagens, o que gera prejuízo na elaboração de conceitos (MANTOAN, 2003).

Conforme Pan (2008) é notável, contudo, a evolução do conceito de deficiência intelectual constatada, especialmente, pela consideração dos modelos da AAIDD e da CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde), o que permite a pessoa com esse diagnóstico, alguém que apresenta uma forma particular e dinâmica de pensamento e com possibilidades sempre abertas para seu desenvolvimento. Dentro de sua condição específica, dada pelo seu diagnóstico, merece ser levado ao mais alto nível de progresso possível no contexto de suas interações. Sendo assim, com a explanação do autor quando apresenta o deficiente intelectual sendo uma pessoa que possui sua dinâmica particular, como também citado em observações anteriores que necessita de desenvolvimento em suas habilidades adaptativas mais comprometidas e limitadas.

As habilidades adaptativas são questões avaliadas que determinam o diagnóstico da deficiência intelectual. A AAIDD estabelece as 10 áreas com as respectivas atividades onde os apoios devem ser oferecidos às pessoas com deficiência intelectual:

Comunicação: diz respeito às habilidades para compreender e expressar informações por meio de comportamentos simbólicos ou não simbólicos.

Auto cuidado: refere-se às habilidades que asseguram higiene pessoal, alimentação, vestuário, uso de sanitário, etc.

Vida do lar: diz respeito às habilidades para uma adequada funcionalidade no lar.

Habilidades Sociais: dizem respeito às trocas sociais com outros indivíduos.

Desempenho na Comunidade: habilidades relacionadas ao uso apropriado dos recursos da comunidade.

Auto direção: se refere às habilidades de fazer escolhas; cumprir planejamento; tomar iniciativas; resolver problemas familiares ou em situações novas; autoadvocacia.

Saúde e Segurança: dizem respeito às habilidades para cuidar a saúde em termos de alimentação, identificação de tratamento e prevenção de doenças, cuidar da própria segurança, etc.

Habilidades Acadêmicas funcionais: habilidades cognitivas relacionadas à aprendizagem dos conteúdos curriculares (foco na aquisição).

Lazer: diz respeito às habilidades para desenvolver interesses e participar de atividades de entretenimento individual e coletivo.

Trabalho: refere-se às habilidades para manter um trabalho em tempo parcial/total; autogerenciamento (ALMEIDA, 2004).

Pautando-se nas habilidades adaptativas mais comprometidas, vemos que existe a necessidade de um maior estímulo para desenvolvimento da área mais afetada. Buscando como ressalta Pan, que o sujeito trabalhe de maneira a esforçar-se para melhorar. Parafraseando com o que menciona a autora Montoan, de acordo com a dificuldade de generalização das aprendizagens, a necessidade pela atuação no concreto, pode facilitar o entendimento. Sendo assim diminuindo os prejuízos que podem paralisar o desenvolvimento da pessoa.

## **2.1 A Deficiência Intelectual Leve: preconceitos e paradigmas que influenciam negativamente na inclusão da pessoa com deficiência intelectual leve.**

A história das pessoas com deficiência intelectual passa por uma longa jornada, envolvendo vários movimentos ligados à educação, concomitante a saúde mental e o social. Sendo que contemporaneidade não se desfavorece as contribuições dos profissionais da saúde, que, por meio de sua atuação em sociedades internacionais como a Organização Mundial da Saúde, contribuem para garantir uma assistência e melhor acompanhamento às pessoas com deficiência intelectual.

Porém ainda muitos estigmas nutrem o preconceito, o que aumenta a dificuldade na atuação com pessoas com deficiência intelectual. As crenças sociais sobre pessoas que apresentam qualquer tipo de deficiência frequentemente estão relacionadas às incapacidades, privação de vida social e profissional, sofrimento e superação.

É comum o uso e a discussão em cima dos termos: Incluir, interagir, introduzir, compreender, entender, encontrados nas discussões sobre a educação inclusiva de forma geral e suas perspectivas. Mittler (2003) cita que o reconhecimento das barreiras no trabalho da inclusão, é um passo para o reconhecimento e funcionalidade na causa da inclusão.

A inclusão só será concretizada eficientemente quando cada um de nós reconhece as barreiras que nutrimos e busca minimizá-las, erradicá-las. “A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e em nossos corações” (MITTLER, 2003, p. 21).

Observamos isso a partir do impacto que a inclusão tem causado no meio escolar, nas instituições especializadas e na sociedade como um todo. Muitas dúvidas e vieses de compreensão retardam ações em favor da abertura das escolas para todos os alunos, acesso ao trabalho, ao convívio social e toda uma privação decorrente e desprovida da falta de conhecimento e a uma cultura que no decorrer da história da pessoa com deficiência ainda esbarra-se no preconceito.

Para tanto, discorrer sobre o preconceito exige uma longa explanação sobre o assunto, decidimos nos pautar no que o autor Ribas (1996) ressalta sobre o assunto na área da deficiência. Quando cita que um dos aspectos que marca profundamente as relações sociais da pessoa com deficiência gerando o preconceito é a ignorância, no sentido de falta de saber e de ausência de conhecimento. Quanto a isso o autor cita:

[...] ignorância não é atributo apenas dos mais pobres ou dos que têm menos estudo. É algo que está presente em todas as camadas sociais, em muitas famílias, grupos de empresários, funcionários do governo (federal, estadual ou municipal) e, até mesmo, em muitos médicos que não se especializaram em reabilitar pessoas portadoras de deficiência ou que não têm prática no tratamento de algumas restrições do corpo (leves ou profundas) (RIBAS, 1996, p.63)

Preconceitos, antigos valores, velhas verdades, atitudes e paradigmas conservadores na educação ainda ocultam o sentido dessa inovação, desse pensar na inclusão, não como forma de fazer o que é devido por direito, mas sim como forma de agregar novos conhecimentos proporcionando qualidade de vida e uma efetiva inclusão da pessoa na sociedade e em diferentes grupos sociais.

Ribas (1996) coloca a ignorância como sendo responsável por preconceitos relacionados às pessoas que têm deficiências, pois quando alguém não sabe, começa a achar, podendo assim fazer interpretações que muitas vezes fogem da realidade da vida das pessoas com deficiência física, intelectual ou sensorial. Como vimos no histórico da deficiência intelectual, essas ações de ignorância, somaram às atitudes ainda enfrentadas no dia de hoje.

Especificamente na deficiência intelectual leve, o trabalho realizado desde os primeiros anos de vida e todos os estímulos trabalhados durante a vida podem apresentar resultados melhores em um curto espaço de tempo, levando em consideração que estes podem alcançar uma adaptação social adequada e conseguindo na idade adulta, certa independência e autonomia.

Portanto alguns fatores relevantes de diferentes grupos sociais frequentados pela pessoa com deficiência intelectual leve, desde a infância em seu período escolar, quando necessitava de estímulos diferenciados no seu processo de

aprendizagem, se não trabalhados de forma coerente, iniciam a formação de um adolescente e jovem dependente e infantilizado.

Inicia-se então na família outro processo de escolha, sendo essa a escolha pela escola adequada a criança, e outra preocupação é inerente neste período, pois os responsáveis pela criança necessitam de instrução adequada e do apoio de profissionais da área para que essa família obtenha recursos psicológicos e estejam também aptas a colaborar nessa nova fase da criança, onde a alfabetização é iniciada com maior força e o número de significados da aprendizagem aumentam.

Na fase de escolhas de serviços de atendimento à criança e jovem com deficiência intelectual, alguns autores citam angústia da família por enfrentar esse novo processo de descoberta da criança, por isso um trabalho de reforço psicológico à criança para que o processo de adquirir atenção, concentração e as dificuldades relacionadas ao ensino e aprendizagem não sejam frustrante mediante aos estímulos diferenciados que essa criança necessitará.

Entende-se então como princípio norteador para o ingresso, permanência de crianças e jovens com deficiência intelectual leve em sua trajetória escolar, não somente uma escola que se denomine inclusiva, mas um trabalho com todo o corpo escolar, envolvendo toda uma comunidade que participa efetivamente da vida escolar, pois o trabalho inclusivo não ocorre somente na escola, este passo é o início de uma vida que abrange todos os outros grupos sociais que a pessoa como cidadão é e tem o direito a participação.

Outro ponto a ser destacado, como já citado em outros momentos nesta pesquisa, é que embora as dificuldades de trabalho com a pessoa com deficiência intelectual leve, sejam evidentes, pois essas necessitam de estímulos mais apropriados e possuem seu tempo diversificado para significação de conteúdos e estratégia, o que podemos também citar é que os avanços são alcançados em um curto espaço de tempo, quando o exercício do trabalho escola x família são assistidos por profissionais que visem a melhoria, objetivando sempre uma autonomia dessa criança que passará para a fase adulta com um conjunto de aprendizagens como qualquer outra criança.

A Declaração de Salamanca, importante documento datado em 1994, foi resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada, na cidade espanhola de Salamanca, o documento trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

Como destaque, o processo de transição para a vida adulta referenciada pela Declaração de Salamanca de 1994 ao afirmar que “os jovens com necessidades educativas especiais devem ser ajudados para fazerem uma efetiva transição da escola para a vida adulta. As escolas devem apoiá-los a tornarem-se economicamente ativos e devem dotá-los com as competências necessárias à vida diária, oferecendo formação em competências que respondam às exigências sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta.”.

Sendo assim, a escola é vista como apoio e não como única fonte de preparo para vida diária, a escola gera competências que devem ser norteadas em outros ambientes, para assim efetivar a prática das expectativas esperadas a vida adulta como enfatizado na Declaração de Salamanca.

Desta forma podemos destacar que a família como responsável também pelo efetivo desenvolvimento da pessoa, primordialmente em fases de extrema relevância, como a infância e juventude e segundo Diniz (2008) a família pode ser definida como um conjunto de pessoas que se relacionam em busca de uma finalidade. Tem como papel principal trabalhar habilidades para um desenvolvimento da pessoa ao convívio social.

Para que haja a quebra de paradigmas históricos, de que o deficiente intelectual não possui autonomia para suas escolhas e decisões, que ele sempre será alguém dependente.

A inclusão social, portanto, é um projeto a ser construído por todos: família, diferentes setores da vida pública e população leiga. Necessita planejamento, experimentação, de forma a se identificar o que precisa ser feito em cada comunidade, garantindo o acesso das pessoas com deficiência do local e de outras comunidades aos recursos e serviços nela disponíveis. Não se instala por decreto, nem de um dia para o outro. Mas há necessidade de profissionais engajados levarem também o conhecimento aqueles que nunca tiveram contato direto com o deficiente, tornando-se assim, agentes multiplicadores, que se envolvam efetivamente e coletivamente, objetivando diminuir a propagação do preconceito.

### **3 A influência do núcleo familiar no desenvolvimento da autonomia na vida do deficiente intelectual leve.**

Temos pontos de partidas a serem analisados quando se trata diretamente sobre a influência da família, como por exemplo: □A família nuclear, constituída de pai, mãe e filhos, e todos os outros tipos família encontradas em nossa sociedade atual. Sabe-se que o lar e a vida familiar podem proporcionar, através do seu ambiente físico e social, as condições necessárias ao desenvolvimento da personalidade de uma criança e essas influências se darão por todo período de participação que a família assim efetivar; e que □as influências precoces são as mais duradouras e as mais estáveis e □é na família que a pessoa encontra, em primeiro lugar, o modelo a ser “imitado”.

A família é um contexto de socialização especialmente relevante de estímulos e desenvolvimento.

A Família como expressão máxima da vida privada é lugar da intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimentos, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todos nós põe e repõe. E percebida como nicho afetivo e de relações necessárias á socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações excludentes na própria vida em sociedade. É um campo de mediação imperdível. (COSTA. 2003, p.271)

No decorrer da história, existem algumas transformações nos modelos das famílias, quando a mulher ingressa no mercado de trabalho por exemplo, assim dividindo com o homem o papel de provedora de bens e educadora dos filhos; tal ação aponta para a transformação das relações da família, na direção da divisão e forma de contribuição na organização do lar, desde a provisão de bens ao cuidado com o grupo.

Com isto, surgem nas relações familiares inúmeros conflitos entre o modelo de autoridade patriarcal e os igualitários ou liberais. O modelo da família burguesa ainda mantém sua força e vigência sobre seus membros. Um pretende impor sua vontade sobre o outro. Consideramos que compreender, sem preconceitos e pré-julgamentos, as condições, limitações e os próprios conflitos desses modelos de

família tão presentes em todas as classes sociais da atualidade, é um dos grandes desafios das instituições e dos diferentes grupos sociais, e um grupo social de grande relevância é a escola.

A família, por intermédio de suas ações materiais e simbólicas, tem um papel importante na vida escolar dos filhos, e este não pode ser desconsiderado. Trata-se de uma influência que resulta de ações muitas vezes sutis, nem sempre conscientes e intencionalmente dirigidas. (ZAGO. 2000, p. 20.)

Nota-se que o autor na citação acima, evidencia que algumas atitudes e influências que a família sobrepõe resulta em ações nem sempre conscientes e direcionadas. Como podemos ver não existem mais um único padrão de estrutura familiar: pais separados, mulheres ou homens que criam sozinhos os seus filhos, crianças educadas por avós, tios, entre outros.

Porém, com certeza, tanto a família quanto a escola e os diversos grupos sociais que a pessoa participa, desejam a mesma coisa: o preparo à vivência para o mundo; e assim como a família tem as suas particularidades que as diferenciam das escolas, instituição, trabalho; estes outros grupos sociais possuem sua metodologia e filosofia para lidar, educar e proporcionar ao indivíduo outras perspectivas.

Vale ressaltar o aspecto contraditório da família, como um chamamento para o fato de que o núcleo familiar não é um núcleo de virtudes e de consensos num mar conturbado de permanentes tensões e dissensões.

Afinal, a família, como qualquer instituição social, deve ser encarada como uma unidade simultaneamente forte e fraca. Forte, porque ela é de fato um lócus privilegiado de solidariedades, [...]. Forte, ainda, porque é nela que se dá, de regra, a reprodução humana, a socialização das crianças e a transmissão de ensinamentos que perduram pela vida inteira das pessoas. Mas ela também é frágil, pelo fato de não estar livre de [...] violências, desencontros e rupturas. (SALES. 2006, p.36)

A família foi considerada um sistema de vínculos afetivos, onde ocorre o processo de humanização, construção da subjetividade e de formação básica para o desenvolvimento. O adulto que possui um papel de liderança é considerado por Vigotsky (1988) como um mediador no processo de desenvolvimento e oferece instrumentos para a apropriação do conhecimento. Porém, a internalização dos

recursos disponíveis no ambiente, ocorre de forma individual, variando de uma pessoa para outra.

Winnicott (1997), que considera a família como componente indispensável à boa estruturação psicológica. Porém, o autor lembra que a existência da família por si só, não assegura o desenvolvimento saudável do grupo ou individualmente para vida de uma criança, uma vez que ela é também influenciada por fatores intrínsecos, que determinarão em grande parte a maneira como se apropriará dos recursos disponíveis.

Vigotsky (1988) ao considerar a aprendizagem como profundamente social, afirma que quando os pais ajudam e orientam a criança desde o início de sua vida, dão a ela uma atenção social mediada, e assim desenvolvem um tipo de atenção voluntária e mais independente, que ela utilizará na classificação e organização de seu ambiente.

Essa consideração se baseia no fundamento de que o homem torna-se humano, apropriando-se da humanidade produzida historicamente. O ensino/aprendizagem tem, nesse contexto, a função de transmitir as experiências histórico-sociais que se modificam no decorrer dos tempos. Aprender é uma atividade desejada ser construída sob a proteção de uma relação familiar saudável e segura. A aprendizagem ganha significado dentro do contexto familiar e social, ainda que a apropriação dos conteúdos seja individual.

Assim, a família uma vez considerada como mediadora entre o indivíduo e a sociedade, oferecendo recursos para uma relação dialética e ativa, não pode deixar de ser analisada fora do contexto das transformações sociais.

A família se modifica através dos tempos, mas em termos conceituais, é um sistema de vínculos afetivos onde deverá ocorrer o processo de humanização. A transformação histórica do contexto sociocultural resulta de um processo em constante evolução ao qual a estrutura familiar vai se moldando. No entanto, é importante considerar que por maiores que sejam as modificações na configuração familiar, essa instituição “permanece como unidade básica de crescimento e experiência, desempenho ou falha” (ACKERMAN, 1980 p.29), contribuindo assim, tanto para o desenvolvimento saudável quanto patológico de seus componentes.

Se por um lado as conquistas no âmbito do trabalho promoveram uma maior inserção da mulher em diferentes segmentos da sociedade, por outro, essa mesma conquista roubou a possibilidade de controle de seu tempo, sobretudo no que se

refere à dedicação aos filhos e ao desempenho da função educativa dentro da família. Como consequência, houve uma necessidade de reorganização das funções entre marido e esposa, impondo aos homens o desempenho de papéis que anteriormente eram exercidos exclusivamente pelas mulheres.

Nesta perspectiva, a família, para Horkheimer e Adorno (1973) está indissolúvelmente ligada à sociedade e seu destino dependerá do processo social e não de sua existência por si só.

Ao analisar as transformações familiares ocorridas na contemporaneidade, Kehl (apud COMPARATO; MONTEIRO, 2001) ressalta o caráter nostálgico atribuído à família ideal, nuclear e estruturada, que gera uma espécie de dívida tanto da família quanto da mulher atual, fomentada pela indústria cultural e pelos meios de comunicação.

Verifica-se assim, que não há somente uma dissolução da autoridade familiar, mas também o surgimento e a busca de “novas autoridades” que atendam as demandas destas famílias dividir a responsabilidade pela educação de seus filhos, uma vez que hoje, a dedicação e a disponibilidade dos pais também estão sobre determinada pelo tempo que o trabalho não consumiu.

Neste breve histórico sobre a influência da família e as modificações que a mesma sofreu que incidem na vida de todo o núcleo familiar, e no que diz respeito ao tema de estudo dessa pesquisa, vemos ainda que as complicações em relação ao desenvolvimento de uma família cujo um de seus membros é uma pessoa com deficiência intelectual, toda a dinâmica que atenda essa família, necessita de orientações coerente e de tamanha importância para o desenvolvimento não somente da pessoa com deficiência, mas dos outros membros da família.

Conforme Góes (2006), para a família conviver com um membro portador de transtorno mental, torna-se essencial construir novas idealizações. Sendo preciso construir um novo ideal, para esse filho. Ou seja, o autor relata que mudanças significantes de todo um projeto anterior dos pais e da família terá que ser remanejado para adaptar-se à nova situação designada diante de uma realidade não planejada. Embora um corpo crescente de dados mostre poucas diferenças no processo de adaptação de mães de crianças com e sem deficiência intelectual, usualmente as diferenças encontradas favorecem as mães de crianças com desenvolvimento típico (CIELINSKI et al., 1995; LIEBERMAN et al., 1995; MARFO et al., 1998).

Tais ações no qual a família da pessoa com deficiência passa não se deparam somente ao decorrer dos movimentos que todos participarão para positivar então um desenvolvimento, proporcionando a pessoa ao máximo o trabalhar de suas habilidades que são mais ou menos comprometidas, mas também uma orientação referente aos processos inerentes a preconceitos vindos de todas as partes da sociedade.

Entretanto, isto não significa que as famílias de crianças DM sejam disfuncionais ou pobremente adaptadas, mas, simplesmente, que elas enfrentam mais desafios no processo de educar sua criança DM (SHAPIRO et al., 1998).

Sendo assim, a família da pessoa com deficiência como esboçado na citação anterior, não é objeto de maior incidência a complexidades, comparando-as com as famílias que não tem membros com algum tipo de deficiência, mas sim que enfrentarão maiores desafios.

Assim o grande suporte de satisfação para as pessoas com deficiência mental será a família, que é a base e o refúgio para os males, e nela haverá a ligação entre a criança com deficiência mental e a sociedade. “Para que a família atue de forma satisfatória, precisa funcionar como mediadora entre a sociedade e seu filho, sendo mais consciente e receptiva” A família deve ser o meio para resolver os conflitos. (Júnior, Sprovieri. 1993 p.105).

Para que possamos construir uma sociedade inclusiva, a mudança começa com a família, tendo que aceitar esse membro. Após isso uma mudança no pensamento das pessoas e na estrutura da sociedade. O que a gente, às vezes, não lembra é que não existem pessoas melhores nem piores e sim diferentes (HOHER e WAGNER, 2006).

#### **4 O papel de mediação das instituições especializadas na área da deficiência intelectual no trabalho com o deficiente intelectual e a sociedade.**

A discussão em torno de qual é o objetivo traçado por instituições que possuem caráter de atendimento e orientação em específico à pessoa com deficiência intelectual é vasta, o que abre um leque de discussão sobre o tema educação inclusiva.

Fato ligado fortemente ao contexto histórico de luta pelos direitos que esse grupo de pessoas através do reconhecimento enquanto cidadãos de direito e com o cumprimento da legislação vem sendo fortemente cumprida. Porém, ao mesmo tempo em que as informações em cima do tema das deficiências em gerais ganham maior repertório, esbarramos com o forte preconceito, de maneira diferenciada, mas ainda forte e presente na sociedade atual.

Muitos profissionais atuantes na área da deficiência intelectual discutem maneiras de exercer um trabalho que priorize a autonomia do indivíduo, por entender que tal ação é bastante pertinente no trabalho de desenvolvimento no da pessoa com deficiência intelectual leve,

Para Prieto (2006) existem pelo menos duas interpretações acerca da definição do que seria função da instituição especializada: uma, defende que o conhecimento acumulado pela educação especial deve estar a serviço do ensino comum para subsidiar o desenvolvimento da educação inclusiva; outra define que o atendimento especializado deve ser destinado aos alunos que apresentam necessidades, às quais o ensino comum não consegue atender.

Levando em consideração o que o autor ressalta em questão da educação especial, que a mesma deve estar a serviço do ensino comum e/ou regular, pensa-se que o serviço por dar uma atenção especializada ao assunto, tem o papel de auxiliar em outros ambientes que não sejam somente o da instituição. Por outro lado em uma segunda definição o autor aponta que estes serviços devam atender as demandas que o ensino comum não atende.

De acordo com o discorrido nesta pesquisa, ao longo dos recortes históricos no qual o assunto de grande discussão abordado foi a dificuldade de atuação na área da deficiência intelectual leve, por conta dos inúmeros conceitos estigmatizados ao longo do tempo, que se tornavam um empecilho na vida tanto da pessoa com

deficiência, como na família. Podemos dizer que as instituições muitas vezes pautas como assistencialista e excludente, possuíram papel de grande relevância.

Atualmente a preocupação em preparar o deficiente para o mundo, ultrapassa uma visão de cunho “normalizador”, mas sim de emancipação e caráter autonomista. Por conta das instituições especializadas renderem várias décadas de atuação com o deficiente intelectual, muitos profissionais se especializaram ao longo do tempo e puderam corroborar nesta área em específico.

Segundo Mantoan, (2004), o sentido dúbio das instituições especializadas, acentuado pela imprecisão dos textos legais, que fundamentam nossos planos e propostas educacionais. Ainda hoje, é patente a dificuldade de se distinguir a Educação Especial, tradicionalmente praticada, da concepção consentânea e vigente dessa modalidade de ensino: o atendimento educacional especializado.

O que deve ser fator primordial para análise das instituições nos dias atuais é qual o referido papel de orientação para sociedade, levando em consideração que por conta da efetivação da legislação, a pessoa com deficiência passa a frequentar espaços que há uma década não lhe era ofertado a oportunidade, que é o mercado de trabalho por exemplo.

Nesta fase da vida, nem sempre a vida escolar ainda continua, ou pelo seu término ou por uma limitação na questão cognitiva que impediu a pessoa de concluir o ensino regular, mediante essa nova fase, é necessário a elaboração de outros estímulos, não por uma questão de ocupação do tempo, mas de continuidade no trabalho de preparo para uma vida autônoma e com qualidade de vida.

Muitas questões passam despercebidas quanto a discussão do papel das instituições por pensarem que ela ocupa o que é por dever da unidade escolar, e os estudos referenciando as discussões embasando o direcionamento da metodologia melhor aplicada a criança deficiente e sua inclusão, impedem um novo olhar e necessário para atuação que é o objetivo de um trabalho também pensando e específico para o adulto e para o deficiente que está em fase do envelhecimento.

Por conta disso, as instituições passam a exercer o papel de contemplar as Políticas Públicas também direcionadas para esse público. Que além dos atributos já existentes, necessitam de prestar contas de seu serviço a sociedade, mediando trabalhos diferenciados existentes, por exemplo, em uma comunidade.

Sendo assim, as instituições no que tecem a rede de atendimento a pessoa com deficiência intelectual também possuem caráter de direcionamento e quebra de

paradigmas expostos por tanto tempo na sociedade. E servem para explanar as limitações do deficiente, colocando que eles necessitam de estímulos e respeito anterior a qualquer situação vexatória, de que tanto sofreram no decorrer da história.

### **Considerações finais.**

O trabalho na área da deficiência intelectual requer uma mudança no olhar e prioritariamente um entendimento de todo histórico de preconceitos e paradigmas que foram estabelecidos favorecendo e estimulando a falta de reconhecimento da pessoa, como cidadão.

Necessitamos entender que o preconceito também é estabelecido pela falta do conhecimento. Quando algo não é de conhecimento, pode causar estranhamento, olhares indesejáveis, interrogações e até mesmo um afastamento do assunto por não saber se há uma única maneira de se portar diante do “desconhecido”.

Assim vemos parte do movimento da inclusão, que muitas vezes criticam posicionamentos ditos “não inclusivos”, mas não levam em consideração a falta de conhecimento sobre diferentes assuntos ligados as deficiências e principalmente na significação da deficiência intelectual. Este fato é ainda resultado de uma sociedade que por um longo período de tempo exclui a pessoa com deficiência, no mais a pessoa com deficiência intelectual que em muitos grupos era vista como alguém fora dos padrões de normalidade e uma pessoa digna de caridade em outros momentos. O que atrasa um processo tão complexo de emancipação e autonomia, vias de fatos o que observamos na história do Brasil, que em meados dos anos 50 um grupo de pessoas inicia um forte trabalho de assistência e também de cunho educacional e a partir desse movimento a pressão por serviços e inovações constantes na legislação começam ir à tona.

Muito se positivou até os dias de hoje, o que obteve um avanço relevante foi a discussão pela nomenclatura de como referir-se a pessoa com deficiência, sendo essa a maneira correta. Porém mais atraente do que o uso da nomenclatura correta é o entendimento do deficiente enquanto pessoa. E porque por de trás do uso politicamente correto do termo, vemos estudos coerentes que apresentam o deficiente como pessoa digna de todos os direitos.

Outro avanço a ser apontado, foi a maior atenção as habilidades adaptativas da pessoa com deficiência intelectual, o que proporciona através do desenvolvimento tanto trabalhado na escola durante a infância e adolescência, como outros tanto elaborados na fase adulta, sempre priorizando uma melhor emancipação e autonomia da pessoa.

No que vemos no cotidiano de nossa sociedade, principalmente nos grandes centros é o acesso em maior escala de pessoas com deficiência intelectual inseridas no mercado de trabalho, na educação regular e participante de outros variados grupos sociais. Fato essencial a ser explorado ainda em outros futuros estudos, principalmente no que diz respeito ao deficiente intelectual leve, que por ter suas limitações pouco comprometidas, se torna alvo de situações algumas vezes vexatórias, por ser observado como alguém que não possui interesse, e não alguém que possui limitações e que deve ser trabalhado em sua individualidade para assim, cooperar no grupo.

É comum que a ênfase dada às potencialidades de qualquer indivíduo e no que diz respeito ao deficiente intelectual leve e sua inclusão, não deve ser pautada apenas no alcance de resultados no qual muitas vezes o sistema impõe, se faz necessário o embasamento teórico e de estratégias que possam possibilitar a pessoa seu desenvolvimento e potencial ao máximo, fazendo-o sentir-se seguro e capaz em todos os ambientes do qual participa.

Aspectos importantes são considerados para que esse amadurecimento da pessoa ocorra, e atores importantes de atuação direta são de extrema relevância, como por exemplo, a família, grupo de primeira socialização da pessoa que necessita também de orientação para contribuir nesse desenvolvimento.

Quando discutido a questão da inclusão, levamos em consideração os âmbitos sociais, laborais, tão importantes quanto às outras já mencionadas, as possíveis relações interpessoais que estão ao alcance da interação e integração desta pessoa junto à sociedade na qual está inserida, a família tem esse rico papel de mediar situações e prover para que essa criança com deficiência intelectual não se congele ao tempo, tornando-se um adulto imaturo e despreparado. Outro erro passível de críticas nas famílias de pessoas com deficiência, que é o de não tratar o adulto deficiente como adulto, tal ação reflete na sociedade e em outros grupos sociais.

O Movimento de Inclusão é muito mais abrangente do que se pensa, pois neste paradigma estão inseridos as minorias e seus pares. A deficiência, ou melhor, a história da deficiência é só um pequeno recorte, no amplo pano de fundo que é a inclusão social, que sobre diferentes olhares, exemplifica que o “dito” como diferente, sempre a margem, seja esse a pessoa com deficiência, assunto de

pesquisa do presente trabalho ou não, sejam simplesmente minorias que sempre foram parte frágil na história e resultado de segregações.

O trabalho de orientação feito em sua maior parte por instituições especializadas no atendimento a pessoa com deficiência intelectual, teve ao longo do tempo, que passar por modificações também, abrangendo a atuação de trabalho de forma a propiciar a toda uma sociedade o entendimento do processo da inclusão e também de responsáveis por formação de agentes multiplicadores na área da deficiência.

Como fechamento, pontuo minha indignação em relação à deficiência intelectual, a sociedade que por sua maior parte, pauta-se em ações imediatistas e mediante aquilo que se vê concretamente. Por exemplo: é muito mais fácil a mídia veicular propagandas a favor da inclusão fazendo o uso da imagem de uma pessoa com Síndrome de Down, pois além da síndrome e da deficiência intelectual existe uma questão física, de fácil associação. Agora uma pessoa com deficiência intelectual leve, que possui limitações, muitas vezes observada como desorganizada, pedante por pedir tanto auxílio para cumprir determinadas tarefas, desinteressada quando por algum motivo a ação a ser executada não fez sentido ou alguém que não se encaixa em um modelo imposto por essa sociedade, que não é capaz de gerar produtos tão rapidamente e facilmente, se torna alvo de exclusão e estranhamento.

Dessa maneira não existe o alcance e a quebra de paradigmas a tanto tempo presentes na história e a forma desrespeitosa no trato com o outro prevalece, sendo assim a necessidade de conhecer a origem do preconceito é vital para um bom desenvolvimento e o trabalho da inclusão social.

## **Referências bibliográficas.**

Almeida, A. C. & Loureiro, S. R. (2000). Qualidade de vida no pós-TMO. Em Multidisciplinaridade e reforma: temas, práticas e políticas. [Resumo]. Anais, VIII Ciclope Saúde Mental (pp. 65-66). Ribeirão Preto: São Francisco Gráfica e Editora.

Assumpção Jr., F. B. (1991). A família e o deficiente mental. São Paulo: Ed. Paulinas.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

BUENO, Cleuza. Psicóloga e Psicanalista. Palestra sobre família. Acesso em: [http://www.unisul.br/content/navitacontent\\_/userFiles/File/noticias](http://www.unisul.br/content/navitacontent_/userFiles/File/noticias). Acessado 13/11/13.

COSTA, A.R. e Vitalle, M.A.F.(orgs.) Família: Redes, laços e Políticas Públicas. São Paulo: PUC, 2003.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma reflexão sobre os paradigmas atuais no contexto da educação especial brasileira. Inclusão – Revista da Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ser ou estar eis a questão: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA editora, 1997.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico. SP: Scipione, 1997.

Romeu Kazumi Sasaki In: VIVARTA, Veet (coord.). Mídia e deficiência. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165.

ZAGO, Nadir. Processos de Escolarização nos Meios Populares; As Contradições da Obrigatoriedade Escolar. Nogueira, Maria Alice.(pg 20.2000).